



As constituintes da moral medieval católica: como os vícios humanos se tornaram os sete pecados capitais.

Albert Drummond¹

Submetido em Junho/2014

Aceito em Junho/2014

RESUMO:

Este artigo pretende mapear os principais documentos dos pensadores responsáveis por formular o que se tornou a lista dos pecados capitais. Analisando o pensamento aristotélico acerca dos vícios humanos, conseguimos compreender sua influência essencial para a construção dessa doutrina tão articulada. Pensadores como Evágrio Pôntico, Aurélio Prudêncio, João Cassiano, Gregório Magno, Pedro Abelardo, Santo Agostinho, Dante Alighieri e São Tomás de Aquino tornaram-se responsáveis por estabelecer uma ordenação dos maiores vícios da alma, classificando-os e reconfigurando-os dentro da moral católica, e consolidando a ideia de pecado. Compreender como se constituiu essa lista de pecados é, antes de tudo, conceber numa nova dimensão as condutas humanas rejeitadas, transformando-as, através de um "imaginário", em ferramentas da catequização religiosa.

Palavras-chaves: Os sete pecados capitais; Moral medieval; Doutrina católica.

RÉSUMÉ :

Cet article vise à cartographier les principaux documents des penseurs chargés de formuler ce qui est devenu la liste des péchés capitaux. Analyser la pensée d'Aristote sur les vices humains, nous arrivons à comprendre son influence essentielle à la construction de cette doctrine comme articulé. Évagre le Pontique penseurs comme, Aurèle Prudence, Jean Cassien, Grégoire le Grand, Pierre Abélard, saint Augustin, Dante et saint Thomas d'Aquin est devenu responsable de la création d'un ordre des plus grands vices de l'âme, de les classer et de les reconfigurer dans le la morale catholique, et la consolidation de l'idée de péché. Comprendre comment mettre en place cette liste de péchés est, tout d'abord, de concevoir une nouvelle dimension a rejeté les comportements humains, les transformant par um "imaginaire" dans les outils de catéchisme.

Mots clés: Les sept péchés capitaux ; Moralité médiévale; La doctrine catholique.

¹ Historiador e Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atua principalmente nas áreas de História das Religiões, Moral cristã e História e Cinema. Email: a_drummond@hotmail.com



CONSTRUINDO A HISTORIOGRAFIA DO PECADO

Desde a Grécia Antiga, cometer o excesso ou, como os gregos chamavam, cometer *amartia*² era ultrapassar a medida ou alcançar a desmedida. A *amartia* ou *hamartía* é uma expressão utilizada na Poética de Aristóteles, e que faz alusão direta às tragédias gregas e seus heróis. Em sua essência, a *hamartía* é a ignorância combinada com a ausência criminosa, dispondo de uma parte do indivíduo, uma falha de caráter, que o torna responsável por sua queda. Nessa perspectiva, a forma trágica aristotélica coloca no âmago o homem em conflito com o mundo. Através de suas ações, o indivíduo incorre na falha estrutural cometendo a *hamartía*, que não traz consigo nenhum juízo de valor. Entretanto, leva a uma desmedida (*hybris*), que faz pender o fiel da balança para o seu infortúnio, o que afeta as ordens divina e política, que, em conjunto com a individual, compõem o universo estrutural do mundo grego (MENDES, 2002).

A definição de *hamartía* provocou um debate sobre as várias interpretações que esse conceito teve ao longo dos séculos, desde que a *Poética* e as tragédias começaram a ser estudadas no fim da Idade Média e na Renascença. (HIRATA, 2008).

Nas primeiras traduções latinas da *Poética*, o conceito mais abordado de *hamartía* era sua tradução direta a pecado, do latim (*peccatum*), transgressão (*scelus* ou *praevaricatio*) e ofensa (*flagitium*), o que nos dá uma ideia do peso moral atribuído ao termo. Essa interpretação perdurou por grande parte da Idade Média, convivendo inclusive com outras leituras, tais como falha no caráter e caminhada para o vício.

No período medieval, a palavra vício, do latim (*viciium*), passa a ser utilizada para designar uma consequência da *hamartía*. Na Antiguidade Clássica, porém, é que os vícios humanos começam a ser abordados como um mal social.

Em 300 a.C., Aristóteles aborda em *Ética e Nicômaco* (2001) as constituintes da moral, do bem e da virtude, que estão diretamente relacionadas às paixões e aos prazeres, contrapondo-se, é claro, aos vícios, que, por sua vez, poderiam ser controlados e até evitados. Aristóteles elaborou um estudo que classifica as virtudes humanas

² *Amartia*, “desmedida” do grego antigo. Sua significação: pecado. (DELUMEAU, 2003, p. 358).



dividindo-as em duas espécies: a intelectual³ e a moral; a virtude *moral* (do grego *ethos*, e sua derivação *ethiké*) é adquirida em resultado do hábito. É evidente, pois, que nenhuma virtude moral surge em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser mudado pelo hábito (ARISTÓTELES, 2001). No entanto, nossas disposições morais nascem de atividades semelhantes às virtudes e às nossas paixões. As paixões tendem ao excesso ou à deficiência, já a virtude à moderação que está entre dois extremos, entre dois termos opostos. E ambos no mesmo gênero. Por paixões quero significar os apetites, a cólera, o medo, a audácia, a inveja [...] o ódio, o desejo, a emulação e, de um modo geral, os sentimentos que são acompanhados de prazer ou sofrimento [...] Ora, nem as virtudes nem as deficiências morais são paixões, pois não somos chamados bons ou maus por causa de nossas paixões, e sim por causa de nossas virtudes ou vícios [...] Somos louvados ou censurados por nossas virtudes ou vícios (ARISTÓTELES, 2001, p. 46).

Vícios e virtudes, Aristóteles vai classificá-los e contrapô-los, e é nessa concepção filosófica que nascerá a primeira classificação dos males humanos. A tabela a seguir faz referência a *Ética e Nicômaco*, organizando as virtudes e vícios como aparecem no livro:

<i>Vício por deficiência</i>	<i>Vício por excesso</i>	<i>Virtude</i>
Covardia	Temeridade	Coragem
Insensibilidade	Luxúria	Liberalidade
Avareza	Gula	Temperança
Vileza	Vulgaridade	Magnificência
Modéstia	Vaidade	Respeito Próprio
Moleza	Ambição	Prudência
Indiferença	Irascibilidade	Gentileza
Descrédito Próprio	Orgulho	Veracidade
Rusticidade	Zombaria	Agudeza de Espírito
Enfado	Condescendência	Amizade
Desavergonhamento	Timidez	Modéstia
Malevolência	Inveja	Justa Indignação

Essa tabela é baseada na *Ética e Nicômaco* de Aristóteles que define nossas mazelas e o caminho entre o vício e a virtude.

³ Para Aristóteles, a virtude intelectual deve ao ensino, em grande parte, sua geração e crescimento e, por isso, requer experiência e tempo. Neste estudo, porém irei ater-me somente à virtude moral.



Os gregos exemplificaram parte do “mal” humano, porém, foi com Evágrio Pôntico⁴ que essa “doutrina” dos vícios começou a ser analisada dentro de uma perspectiva cristã. Pôntico passou dezesseis anos de sua vida no deserto do Egito, como ermitão. Intencionava observar a experiência dos “homens monges” do deserto e acabou por se juntar a uma comunidade monástica do Baixo Egito. Baseado em sua vivência e em suas observações, Pôntico traça as principais doenças espirituais que afligiam os monges, oito males do corpo e da alma. Em dois dos seus principais escritos (*A Propósito do Discernimento das Paixões e dos Pensamentos* e *Sobre os oito vícios capitais*), Pôntico destaca a importância de afastar-se desses vícios.⁵

[...] Entre os demônios que se opõem à prática das virtudes, os primeiros que adotam uma atitude de combate são aqueles que ostentam as paixões pelo bom comer, os que insinuam o amor ao dinheiro e os que nos estimulam na busca da glória que provém dos homens. Todos os demais vêm depois destes e recebem os que são feridos por eles. Realmente, é pouco provável que se caia nas mãos do espírito da fornicação se não se cair antes na gula. E não há quem, tendo sido perturbado pela ira, não tenha previamente caído nos prazeres de uma boa mesa, pelas riquezas ou pela glória. E não há modo de fugir do demônio da tristeza, se não se suporta a privação de todas essas coisas. Assim como ninguém pode fugir do orgulho, primeira ninhada do diabo; se não houver erradicado antes a raiz de todos os males, que é o amor pelo dinheiro, se é verdade, como disse Salomão, que a indignância torna o homem humilde [...] (PÔNTICO, 2008. Tradução nossa)⁶.

A preocupação com a “autoflagelação” fez de Pôntico o responsável pelo início do que viria a ser a Teologia Moral Católica, uma vez que ele foi o primeiro a organizar de forma sistemática os males humanos, oferecendo um aprofundamento dos estudos

⁴ Evágrio Pôntico; ou Evágrio do Ponto, monge nascido por volta de 345-397. Originário da Capadócia, em Ibora, no Ponto (por isso ele é chamado Pôntico) (ECCLÉSIA, 2009).

⁵ É importante entender que, até então, o conceito de pecado ainda não era utilizado.

⁶ Entre los demonios que se oponen a la práctica de las virtudes, los primeros que adoptan una actitud de guerra son aquellos que ostentan las pasiones (pathos) por el buen comer, los que nos insinúan el amor por el dinero, y los que nos estimulan a buscar la gloria que proviene de los hombres. Todos los demás vienen detrás de éstos y reciben a los que han sido heridos por ellos. Efectivamente, es poco probable que se caiga en manos del espíritu de la fornicación si no se cayó antes por gula. Y no hay quien, habiendo sido turbado por la ira, no se haya previamente encendido por los placeres de la buena mesa, por las riquezas o por la gloria. Y no hay modo de huir del demonio de la tristeza, si no se soporta la privación de todas estas cosas. Así como nadie puede huir del orgullo, primera camada del diablo; si no se ha erradicado antes la raíz de todos los males, que es el amor por el dinero, si es verdad, como dice Salomón, que la indignancia hace al hombre humilde.



morais, da alma e do corpo. Em “*Sobre os oito vícios capitais*” (em latim, *De octo viciis capitalia*) Pôntico (2012) é enfático, classificando e analisando cada um dos males do corpo e da alma; ele os lista e os ordena: Gula, Luxúria, Avareza, Ira, Tristeza, Aborrecimento, Vanglória e Soberba.

Esses vícios eram os maiores perigos para aqueles que seguiam suas vidas como monges. É interessante analisar que na ordenação de Pôntico, a gula e a luxúria encabeçam a lista, uma vez que, considerando a vida monástica no deserto, é compreensível que estes possam ser, dentre os outros, os maiores perigos enfrentados pelos monges.

Por volta de 405, é escrita por Aurélio Prudêncio⁷ uma epopeia de nome “*Batalha da alma*” (em latim, *Psychomachia*), que apresenta lutas alegóricas entre as virtudes e os vícios. A *Psychomachia* foi a primeira aparição dos vícios da alma personificados, e é responsável por inspirar boa parte das obras de arte que seriam produzidas a posteriori a respeito dos sete pecados capitais. Mesmo que Prudêncio tenha tratado os vícios de forma lúdica e fantástica, é através desse poema que uma nova configuração dos pecados capitais toma forma.

Em pouco menos de mil linhas, a *Psychomachia* descreve a batalha épica da alma, em que vícios e virtudes colidem. E Prudêncio indicou uma lista de virtudes opostas, cujas práticas ofereceriam alguma “proteção” contra os pecados: Segundo o poema, a soberba (*superbia*) seria superada pela humildade; a avareza (*avaritia*), pela generosidade; a inveja (*invidia*), pela bondade; a gula (*gula*), pela temperança; a raiva (*ira*), pela paciência; a luxúria (*libido*) pela castidade; e a acídia (*accidia*), pela diligência (PRUDÊNCIO, 405).

Podemos perceber que da “listagem” de Pôntico para o poema de Prudêncio temos a diminuição de oito para sete vícios, e não encontramos a tristeza, o aborrecimento e a vanglória, substituídos na *Psychomachia* pela inveja, preguiça e orgulho.

⁷ Aurélio Prudêncio Clemente foi um poeta cristão nascido em 348. Com 57 anos de idade, retirou-se para um mosteiro na Espanha, onde morreu, por volta de 410. Sua fama deve-se ao importante trabalho de poesias que deixou, com títulos escritos em latim e em grego (CONOCEREIS DE VERDAD, 2012).



No século V, entre os anos de 420 e 429, João Cassiano⁸ escreve duas obras referentes aos vícios humanos, uma de nome *Das instituições dos mosteiros e das oito falhas principais e seus remédios, livro XII* (em latim, *De institutis coenobiorum et de octo principalium vitiorum remediis, libri XII*) e “*Conferências XXIV* (em latim, *Collationes XXIV*). A relação entre as duas obras é descrita pelo próprio Cassiano: "Estes são principalmente consumidos com o que pertence ao exterior do homem e os costumes da *coenobia*, ou seja, institutos de vida monástica em comum; já o outro, *Collationes*, lida melhor com a formação do interior do homem e da perfeição do coração". (HASSETT, 2012).

Os quatro primeiros livros da *Institutis* tratam das regras que regem a vida monástica ilustrada por exemplos de observação pessoal do autor no [Egito](#) e na Palestina. Os oito livros restantes são dedicados aos oito principais obstáculos para a perfeição da alma encontrados pelos monges do deserto: gula, fornicção, raiva, avareza, melancolia, acídia, vanglória e orgulho. Mais uma vez, lidamos com oito vícios que igualmente diferem da classificação tanto de Pôntico quanto de Prudêncio.

De acordo com João Cassiano, [...] contra essas falhas, devemos pesquisar nas listas de tal forma que cada um descubra o pecado que o assedia, e dirigir seu principal ataque contra ele, direcionando todo o seu cuidado e vigilância da mente para se proteger contra seu ataque, [...] porque é impossível para um homem ter triunfo sobre qualquer tipo de paixão, a menos que antes tenha entendido claramente que não pode obter, com sua própria força e esforços, a vitória na luta. [...] E mesmo quando sentir que se livrou dessa falha, ainda deve procurar os recantos mais íntimos do seu coração com o mesmo propósito, e selecionar o pior defeito que conseguir ver entre os que ainda estão lá, e trazer todas as forças do Espírito, para lutar contra ele em particular, e assim, sempre superando as mais fortes paixões, vai ganhar uma vitória rápida e fácil sobre as demais, porque, por um caminho de triunfos, a alma torna-se mais vigorosa, e o fato de que o próximo conflito será travado contra paixões mais fracas lhe assegurará sucesso mais certo na luta [...] (CHRISTIAN CLASSICS ETHEREAL LIBRARY, 2005. Tradução nossa)⁹.

⁸João Cassiano (360 – 435) foi um monge/[teólogo cristão](#) do período [Patrístico](#). Em 410, fundou seu próprio mosteiro, perto de Marselha, na França. Sua importância para a construção da doutrina moral católica é grande, ele foi um dos primeiros a introduzir as regras do monarquismo oriental. (FORTESCUE, 1911).

⁹ Wherefore we must enter the lists against these faults in such a way that every one should discover his besetting sin, and direct his main attack against it, directing all his care and watchfulness of mind to guard against its assault, [...] For it is impossible for a man to win a triumph over any kind of passion, unless he has first clearly understood that he cannot possibly gain the victory in the struggle with it by his own strength and efforts, [...] And even when he feels that he has got rid of this fault, he should still search the



É importante frisar que até esse momento, as listas dos vícios e das maneiras de contrapô-los eram direcionadas àqueles que tinham uma vida monástica, já que uma vez detectados tais “males”, era importante estudá-los e combatê-los. Cassiano trabalhou em cima dessas listas para testilhar os males que afligiam os monges. Em 410, ele fundou o seu próprio mosteiro em Marselha, na França, dando seguimento então às compilações dos escritos do tempo em que viveu no deserto, e tornou-se o grande responsável por levar a doutrina dos vícios humanos para o Ocidente.

CONCEITUALIZANDO O PECADO ORIGINAL

Para Le Goff (2002), o conceito de pecado deve ser posto em confronto com o conceito de mal. Se na Antiguidade a *hamartía*, a desmedida, permitia que o ser humano falhasse para aprender, na Idade Média essa falha nascia com o ser humano, e o conceito de desmedida é substituído pelo conceito de *erro*: [...] Enquanto os gregos insistem nas penas resultantes da condenação do gênero humano, os padres latinos põem a tônica no estado de culpa comum, na *contaminação*. Os gregos sublinham o que resta ao homem de força livre para praticar o bem, e os latinos, o estado de debilidade introduzido no homem pela concupiscência, insistindo na gratuidade da graça (LE GOFF, 1987, p. 276).

É dentro do cristianismo que a ideia de pecado original é construída. O termo ‘pecado original’ foi criado por Santo Agostinho, por volta de 397, para conceituar o estado de pecado que o homem vive, em consequência de sua origem, enquanto membro de uma “raça” pecadora. (LE GOFF, 2002)

A interiorização do pecado provoca sentimentos e condutas desviantes, consolidando então a ideia de que pecar é uma infração às normas ou à boa conduta moral, levando-nos até o pecado original, grande responsável pela origem do nosso mal ou do mal com que nascemos.

inmost recesses of his heart with the same purpose, and single out the worst fault which he can see among those still there, and bring all the forces of the Spirit to bear against it in particular, and so by always overcoming the stronger passions, he will gain a quick and easy victory over the rest, because by a course of triumphs the soul is made more vigorous, and the fact that the next conflict is with weaker passion insures him a readier success in the struggle.



O pecado cometido por Adão e Eva desempenha papel fundamental na concepção medieval (e, de forma mais geral, cristã) do pecado, inserindo esse pecado (primeiro) não apenas na origem da história da humanidade, mas também e principalmente na origem da vida de cada homem, que nasce pecador antes mesmo de haver cometido algum pecado (LE GOFF, 2002). O papel central ocupado pela temática do pecado original na doutrina cristã deixou no ostracismo, durante muito tempo, a reflexão sobre a natureza de outros pecados. Preocupada somente em esclarecer o primeiro erro do homem, a Patrística¹⁰, no que diz respeito a isso, encontrou nesse relato das origens as respostas aos problemas da moral cotidiana.

Segundo Le Goff em seu artigo intitulado (1987), para Santo Agostinho a transmissão do pecado original¹¹ não significa inicialmente só a transmissão de castigos, significa também transmissão de culpa. Parte da nossa natureza humana, ligada diretamente à figura de Adão, que possui em si toda a humanidade decorrente de sua potencialidade geradora, transforma todos os homens em cúmplices de sua atitude catastrófica, quando cometeu o pecado original. Logo partilhamos de sua pena e sua culpa (LE GOFF, 2002).

Santo Agostinho irá posteriormente desenvolver a noção de “contaminação do vício”, que é quando herdamos vícios ao nascer, estes decorrentes de erros “hereditários¹²”. Agostinho irá exemplificar essa hereditariedade através do conceito de “concupiscência carnal” (o que mais tarde São Tomás de Aquino¹³ consideraria uma das filhas da luxúria), uma vez que, no momento de transmissão de vida, também é transmitido o pecado.

Nascemos impregnados pelo pecado no qual somos gerados, contaminando o corpo e a vontade, submetendo-nos aos impulsos da carne que não conseguimos controlar e pelos quais nos deixamos governar. A única forma de nos purificarmos

¹⁰ A palavra Patrística deriva-se de Pai, precursores, os primeiros a introduzir o conhecimento cristão no mundo, difundir, estudar e divulgar. Patrística é o nome dado à [filosofia cristã](#) dos primeiros sete séculos do Cristianismo. Os primeiros teóricos responsáveis pela elaboração doutrinal das verdades da fé do Cristianismo. (CHAMPMAN, 1909).

¹¹ Santo Agostinho formulou a doutrina do pecado original, proclamada num concílio provincial da África realizado em Cartago no ano de 418, e confirmada por uma epistola, mais tarde perdida, do Papa Zósimo. (LE GOFF, 1987, p. 276).

¹² Hereditariedade no sentido teológico de sermos descendentes de Adão.

¹³ [Filósofo, teólogo](#). Nasceu em Rocca Secca no Reino de Nápoles, 1225 ou 1227; morreu em 7 de março de 1274 em Fossanova, Itália. (KENNEDY, 1912).



dessa “contaminação” seria entregar-nos a uma vida santa, nos guardando e nos preservando como pregava a conduta doutrinadora clerical.

A concepção de pecado para os principais pensadores da Idade Média (Agostinho, Aquino, Pedro Abelardo¹⁴) advém primacialmente da má intenção, considerando que o momento crítico se verifica quando há consentimento do pecador ao mal, assim como na contingência, quando o momento importante é o da contrição do pecador, avaliando e analisando o grau do pecado, segundo a qualidade e quantidade (LE GOFF, 1987).

O ato de pecar consiste, especificamente, numa conduta “desordenada”. Pecar significa agir sem se conformar à lei divina, e essa conformidade nada mais é que seguir um princípio de racionalidade e de finalidade universal, que é a marca deixada por Deus no mundo. Santo Agostinho pensava que o ser humano tinha uma inclinação (irrefutável) para o mal, que os vícios nada mais eram que contingências ou ramificações do pecado. Para ele, o homem é uma tensão de desejos:

Para o coração humano há uma inquietude radical de busca. Encontrará seu pleno e total repouso ao desejar o bem que possa saciá-lo: Deus. O pecado é a distorção ou o mau encaminhamento deste desejo radical. Em lugar de orientar-se para Deus, o coração volta-se para os bens criados [...] No pecado, o homem separa-se de Deus, trata-se de uma “deserção” ou de um abandono de Deus, enquanto que o homem sofre a loucura de converter-se a si mesmo em Deus [...] O começo de todo pecado radica no egoísmo. Pecar é parodiar Deus ao pretender ser para si mesmo sua própria norma ou regra. [...] Pecar é recusar permanecer na sua condição de criatura (AGOSTINHO apud VIDAL, 1983, p. 571).

A tradição do pensamento cristão sublinha que, a partir do pecado original, se instaurou a desordem dos instintos, dos desejos e dos sentidos. (FAITANIN, 2005). Com o aparecimento do conceito de pecado original, a Igreja precisou formular uma doutrina que especificasse acerca do pecar e de suas respectivas punições. O cristianismo, então, atualizou o mais articulado sistema de pecados, distinguindo-os em dois: pecados mortais e pecados veniais. Por pecados veniais, entendem-se atos brandos, perdoáveis, que não implicam infração direta da ordem divina. Por pecados

¹⁴ Pedro Abelardo (1079 – 1142) nasceu na aldeia de Pallet, na Bretanha. foi um grande filósofo medieval, considerado um dos maiores e mais ousados pensadores da Idade Média. Suas obras são de grande importância para o entendimento da lógica medieval. (TURNER, 1907).



mortais, entendem-se atos que destroem, enquanto estamos caminhando pela vida; é o pecado cometido por fraqueza ou malícia. “Se um ato é de tal índole que nele se manifesta expressamente a opção fundamental má, falar-se-á de pecado mortal; se, pelo contrário, o ato for demasiado periférico [...] falar-se-á de pecado venial, quer dizer, perdoável.” (MONDEN apud VIDAL, 1983, p. 618).

No século XII, Pedro Abelardo publica *Ética* ou *Conhece-te a ti mesmo* (em latim, *Ethica* ou *Scito te Ipsum*), um livro em que explora a noção de pecado e de vícios, distinguindo-os, e diferindo das ideias de Agostinho. Um dos autores que servem de suporte teórico para Abelardo é Aristóteles, um dos precursores a desenvolver a ideia de vício e que desencadearia no futuro, a ideia de pecado:

“'Virtude', diga-se, 'é o melhor hábito da alma'. Assim também, reciprocamente, penso que o vício é o pior hábito da alma. Aqui chamamos 'hábito' o que Aristóteles, nas Categorias, distinguiu quando incluiu hábito e disposição nas primeiras espécies de qualidade. Então, um hábito é a qualidade de uma coisa, não implantada naturalmente nela, mas, alcançada por prática e deliberação, torna-se difícil de mudar.” (ABELARDO apud SILVA, 2009, p. 136).

Em seu livro, Abelardo retoma a noção de virtude e vício de Aristóteles, para explicar a diferença entre vício e pecado. Para Abelardo, o vício nada mais é que uma predisposição natural, ou uma característica inata do homem, na contramão, portanto, da virtude, que é proveniente de um esforço deliberado de que se constitui num hábito da alma. (ABELARDO apud SILVA, 2009).

Nascemos com essa inclinação para o vício, já que este nos oferece, decerto, um contentamento e um prazer momentâneos. E, por isso é um vício, uma vez que o cometemos repetidamente, porém esse sentimento “desregulador” da harmonia humana pode ser controlado, evitado e comedido.

O vício não depende da ação para existir, não é impeditivo. Alguém só pode demonstrar que é vaidoso, ou avarento, por exemplo, por meio do agir. Segundo Abelardo, é esse agir que irá discriminar os homens em bons e maus. Dessa maneira, Abelardo afirma que o homem deve combater/controlar os vícios a fim de não se deixar vencer por eles. O homem bom pode até ser vencido por outros homens, porém nunca pelos vícios e é isso que o distingue dos maus.



Abelardo entende o pecado como um ato interior, precedendo o ato externo, consentido e pensado por quem o comete. Portanto, todos os pecados são atos de consentimento ou adesão a algo, mas nem todos os atos de consentimento são pecados. O que torna um ato de consentimento um pecado é o fato de que se constitui num desprezo e numa ofensa a Deus. Ainda, Abelardo deixa explícito que ninguém e nada pode prejudicar Deus ou causar-lhe dano, mas pode desprezá-lo ou ofendê-lo. O pecado, diferente do vício é, em sentido próprio, o consentimento que é de fato desprezo de Deus e ofensa a ele por não fazer o que cremos dever fazer por causa dele e não evitar por ele o que cremos dever evitar a ofensa:

“A esse consentimento [ao que não convém] chamamos propriamente pecado, isto é, culpa da alma, pela qual ela merece a condenação ou é determinada como ré perante Deus. O que é, com efeito, esse consentimento senão desprezo de Deus e ofensa a ele? De fato, Deus não pode ofender-se por dano, mas pelo desprezo. Ele é aquele sumo poder que não se diminui por algum dano, mas se vinga do desprezo de si. Nosso pecado é, assim, o desprezo do Criador e pecar é desprezar o criador, isto é, não fazer, de modo algum, por causa dele, aquilo que cremos dever ser feito por nós por causa dele; ou não evitar por causa dele o que cremos dever ser evitado. (ABELARDO apud SILVA, 2009, p. 142).

O discurso de Abelardo retoma a noção Aristotélica de vício e entra em conflito com a noção radical de Santo Agostinho sobre o pecado. Tanto os conceitos de Abelardo quanto os dos gregos, porém, se tornam inviáveis para os preceitos morais católicos, e o entendimento de Agostinho, unindo vício e pecado, prevalece e é fomentado pela Igreja anos mais tarde.

O PERCURSO CONSUBSTANCIADO DOS VÍCIOS AOS PECADOS¹⁵

No século VI, Cassiano, discípulo de Pôntico, levou sua relação dos males humanos ao Ocidente e, pelas mãos de Gregório Magno¹⁶, a lista de vícios se converteu

¹⁵ É importante entender que, muitos autores e filósofos trabalharam com a construção da doutrina do pecado e dos capitais, como: São Paulo, Tertuliano († por volta de 220), Clemente de Alexandria († por volta de 216), Orígenes († 252), Santo Ambrósio († 397), São João Clímaco († por volta de 649), Isidoro de Sevilha († 636), Alcuino († 804), Hugues de Saint-Victor († 1141), Pierre Lombard († 1164), Os padres do Concílio de Trento e os neo-escolásticos dos séculos XVI e XVII. (DELUMEAU, 2003, p. 359-365). Porém, neste artigo propus trabalhar os autores que considero mais importantes na construção desta doutrina.



na lista dos sete pecados capitais, tendo como base parte das concepções de pecado de Santo Agostinho. Magno se tornou então o maior representante, dentro do período patrístico, a trabalhar com a ideia de vícios e pecados, reescrevendo-os e adaptando-os à ideia da doutrina cristã ocidental.

Gregório Magno criou a sua própria hierarquia de pecados, classificando-os por ordem decrescente, fixando os pecados que mais ofendiam a Deus. Foi responsável também pela definição do número sete¹⁷ e da hierarquização da gravidade desses vícios. Para Magno, os pecados/vícios seguiam uma linearidade e uma hierarquia específica sobre qual deles era mais nocivo para o amor divino. A lista então é encabeçada pelo orgulho, seguindo-se a inveja, ira, tristeza, avareza, gula e luxúria.

Magno também foi o responsável por conceituar a ideia de *capital*, do latim *caput*, cabeça; para ele os sete pecados capitais são como governantes que comandam um exército de outros pecados. Dos sete pecados principais, derivam uma horda de vícios que geram outros vícios, entrelaçados: os pecados seriam como os galhos mais fortes de uma árvore e as transgressões as suas ramificações. A lista dos sete pecados capitais enumera de forma ordenada as principais falhas humanas ou (o que para a Igreja) seriam as maiores ofensas a Deus.

Gregório mudou não somente a lista (que se tornou a forma clássica que vemos desde então), mas também tornou o orgulho uma categoria em si mesmo e redefiniu a posição dos vícios. “Dali por diante, os sete pecados capitais não foram restritos à vida monástica, mas passaram a ser compreendidos como perigos morais da alma em meio à vida diária” (GUINNESS, 2006, p.24).

Em 1215, no Concílio de Latrão IV, a confissão foi instituída de forma obrigatória e, através dos manuais confessionais, os pecados capitais, de certa forma,

¹⁶ São Gregório Magno (540 - 604) foi o 64º papa da [Igreja Católica Apostólica Romana](http://www.vatican.va). Pontificou de 3 de setembro de 590 até a data da sua morte. Era [monge beneditino](http://www.benedictine.org) (HUDDLESTON, 1909).

¹⁷ O número sete sempre teve um encargo “místico” dentro das religiões. A Bíblia apresenta esse número como um número “perfeito”. Este número excepcional não poderia surpreender no contexto medieval. Para Delumeau (2003, p. 366) sete é o número por excelência já que constitui quatro algarismos do corpo e de três algarismos da alma. Criou-se uma mística em torno deste número, tanto para condenações quanto para simbolismo de santificações, como bem expõe o autor, a Igreja sempre o utilizou, seja na descrição da vida humana, que se divide em sete épocas que correspondem as sete virtudes, sete obras de misericórdia, os sete salmos da penitência, as sete horas canônicas, as sete partes do armamento espiritual, os sete sinais do nascimento de Cristo, para alguns autores medievalista, o sangue divino escorrendo das sete chagas lavariam os sete pecados capitais, A literatura espiritual da Idade Média muito utilizará este número.



conseguiram uma melhor visibilidade¹⁸ por parte da Igreja. Nesses manuais aparecem graduações penitenciais, cuja análise permite distinguir a gravidade dos pecados e das punições.

Para que a confissão realmente fosse satisfatória, impunha-se um judicioso exame de consciência por parte do penitente e, em contrapartida, a ação efetiva do confessor para guiar o pecador no ato. Os padres confessores também eram chamados de “curas” e “médicos”, por curar os pecadores de suas faltas, e “juízes”, por escolher as penitências conforme as faltas (LOPES, 2009). Uma significativa gama de escritos anônimos advindos de teólogos e monges começaram a ser adotados pela Igreja. Esses escritos explicitavam a forma de proceder na confissão, concedendo aos confessores a incumbência de analisar os pecados confessados e aplicar a penitência necessária. Os escritos, compostos em sua maioria entre os séculos XII e XVI, foram agrupados em diferentes categorias de textos documentais conhecidos como “Sumas de Confessores” e “Manuais de Confissão”. A preocupação primeira dos autores desses textos orientadores (os *sumistas*) foi ajudar os confessores em confronto com a diversidade dos casos especiais, indicando-lhe como interrogar o penitente (notadamente sobre os pecados capitais), como guiá-lo no seu exame de consciência, como esclarecer os móveis e as circunstâncias e, assim, avaliar a gravidade do pecado, e como vencer os obstáculos (medo, vergonha, presunção, desespero) que se opõem a uma boa confissão. (DELUMEAU, 2003, p. 377).

O desenvolvimento que se deu depois do Concílio de Latrão IV foi, decerto, instituir um novo olhar para a Igreja, evidenciando os problemas de comportamentos e da mentalidade de seus fiéis como propósito de cristianização. As grandes *summae* (as aludidas sumas) e os manuais para confessores e para padres multiplicaram-se, passando em análise todos os pecados humanos e fazendo surgir um horizonte comum do mal que delimita a existência do homem.

¹⁸ É preciso salientar que a lista dos sete pecados capitais atraía pouca atenção da Igreja, até então. A lista de João Cassiano sofre adaptações advindas de Gregório Magno e, mais tarde, de Tomás de Aquino. Nesse período, os pecados tornam-se popularmente conhecidos, principalmente pelos manuais dos confessores e por variadas iconografias, porém é a partir do Concílio de Trento (1545-1563), que os pecados tornam-se de fato, oficializados como parte da doutrina católica.



Essa opulenta literatura moral-teológica e pastoral procurava racionalizar o universo do mal, aplicando as leis racionais (baseadas, é claro, no conceito cristão) ao comportamento humano, catalogando e classificando os pecados, preconizando com rigidez os caminhos da salvação. “[...] da cultura das elites são também aplicados na decifração e compreensão das realidades das massas: tentando agir sobre as formas de crer, de pensar, de agir, a Igreja munuiu-se de instrumentos, verdadeiras correias de transmissão para sua ação ideológica e pastoral” (LE GOFF, 1987, p. 199).

No período entre 1256 e 1270, São Tomás de Aquino escreveu uma de suas principais obras, “*As questões disputadas*” (em latim, *Questiones Disputatae de Veritate*), que compreende cinco escritos, “*Sobre a verdade*” (*De Veritate* – 1256-1259), “*Sobre a Potência*” (*De Potentia* – 1256-1262), “*Sobre o Mal*” (*De Malo* – 1263-1268), “*Sobre a alma*” (*De Anima* – 1269-1270) e, finalmente, “*Sobre as Virtudes*” (*De Virtutibus* – 1269-1270) (SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS ANTIGAS, 1996).

Dentro “*Das Questões Disputadas*”, Aquino, utilizando conceitos aristotélicos para tratar da moral e dos vícios, explica (em relação à livre e consciente adesão humana ao mal, acontecida pelo pecado e através do pecado), que o drama da passagem do estado de beatitude, justiça e sabedoria absolutas adquiridas junto ao Criador, se dá no momento em que o intelecto humano perde essa condição de plenitude, passando ao estado de natureza decaída, após o pecado original (FAITANIN, 2005). Aquino utiliza-se ainda da teoria de contaminação de Agostinho, porém distribuindo o mal para além do pecado original e readaptando os maiores males/vícios humanos à condição de corruptores da alma.

Ao tratar dos vícios, organizando as experiências antropológicas de Cassiano e Gregório Magno, Aquino cria uma doutrina concisa e reajustada acerca dos pecados capitais, explorando em seus escritos todos os males advindos deles. Assim, toda uma milenar experiência sobre o homem traduz-se em sete pecados capitais, que arrastam atrás de si “filhas”, “exércitos”, totalizando cerca de cinquenta outros pecados.

Para São Tomás, os pecados capitais são sete pecados especiais, que gozam de uma especial liderança, mostrada obviamente pela própria palavra capital: sete poderosos governantes que comandam outros pecados subordinados.



Na enumeração de Tomás, os pecados capitais são: vaidade, avareza, inveja, ira, luxúria, gula e acídia¹⁹. Uma mudança significativa feita por Aquino foi em relação a soberba: ele a entende como um pecado “megacapital” fora da série. Após afirmar o princípio básico dos pecados, Aquino explica a exclusão da soberba:

Todo pecado se fundamenta em algum desejo natural, e o homem, ao seguir qualquer desejo natural, tende à semelhança divina, pois todo bem naturalmente desejado é uma certa semelhança com a bondade divina. [...] a busca da própria excelência é um bem; a desordem, a distorção desta busca é a soberba, que, assim, se encontra em qualquer outro pecado, seja por recusar a superioridade de Deus que dá uma norma, norma essa recusada pelo pecado, seja pela projeção da soberba que se dá em qualquer outro pecado. [...] assim, a soberba, mais que um pecado capital, é a rainha e raiz de todos os pecados. A soberba geralmente é considerada como mãe de todos os vícios e, em dependência dela, se situam todos os sete vícios capitais, dentre os quais a vaidade é o que lhe é a mais próxima, pois esta visa manifestar a excelência pretendida pela soberba, e, portanto, todas as filhas da vaidade²⁰ tem afinidade com a soberba (AQUINO, 2001, p. 68).

Além de redefinir a lista, Aquino também enumera as filhas advindas dos respectivos pecados e os separa em dois grupos: os cinco primeiros pecados (vaidade, inveja, ira, acídia e avareza) são pecados do espírito, e são descritos muitas vezes como pecados *frios*, mas “respeitáveis”. Já a gula e a luxúria são tidas como pecados do corpo, pecados *quentes*, “desonrosos”.

A perspectiva cristã considera o impulso do amor no centro de todas as virtudes e vícios, assim como era entendido por Aristóteles. Enquanto as virtudes derivam-se de uma disposição apropriada do amor, os vícios se derivam de um amor doentio. A preguiça, por exemplo, é um pecado proveniente de um amor falho, assim como a avareza e a gula são pecados de um amor excessivo (GUINNESS, 2006).

¹⁹ Para a Igreja, a acídia era um pecado extremamente grave. A sua abordagem se referia diretamente a uma tristeza excessiva, incapacitando o ser humano de realizar as devidas tarefas para com Deus. Hoje poderíamos compará-la com a depressão e até com a ociosidade não criativa. Jean Lauand (2000) argumenta que a substituição da acídia pela preguiça trouxe um empobrecimento da etimologia, uma vez que a acídia medieval – e os pecados dela derivados – propiciariam uma chave extraordinária precisamente para a compreensão do desespero do homem contemporâneo; já a preguiça se atém apenas ao fato de não se estar propício ao trabalho.

²⁰ Hoje ainda, existe uma grande discussão acerca do pecado da vaidade, que é tratada muitas vezes (e até pela Igreja) como soberba. No entanto, a etimologia e o conceito da palavra vaidade são restritos, atendo-se apenas a um desejo exagerado de admiração quanto ao corpo e a beleza.



OS REFLEXOS DOS SETE PECADOS CAPITAIS NA SOCIEDADE MEDIEVAL.

Mesmo remontada e didaticamente explícita, a lista de São Tomás de Aquino ainda não era oficial, no fim da Idade Média e no início da Idade Moderna (séculos XIII e XIV). No início do século XIV, Dante Alighieri escreve a obra clássica *A Divina Comédia*²¹ (1977), que traz pela primeira vez uma descrição geográfica do Além, subdividindo a destinação pós-morte dos homens em três níveis (Inferno, Purgatório e Paraíso), criando novos conceitos teológicos, como a ideia de Purgatório e a consolidação de uma hierarquia de pecados, e suas respectivas punições (LE GOFF, 1993). Mesmo se o objetivo do poeta, pelo fantástico de uma viagem ao Além, fosse apenas proporcionar a si mesmo cômodas ocasiões de vingar-se de seus inimigos²², é impossível não colocar a *Divina Comédia* no centro da história do pecado no Ocidente, sobretudo quando se leva em conta sua ampla difusão:

“Pela sua obra prima, Dante demonstrava em todo caso que a culpabilização tinha se tornado, desde o século XIV, mesmo entre os leigos, a grande preocupação da cultura dirigente” (DELUMEAU, 2003, p. 391).

Em seu Purgatório, Dante aborda os sete pecados capitais (representados por uma montanha). Em cada um dos sete níveis, os condenados expurgam seus pecados para, talvez, conseguirem a redenção e a possibilidade de subirem ao Paraíso. É a partir deste momento que uma nova visão acerca dos males cometidos na terra é observada, revigorando o discurso da Igreja, e consolidando de vez a ideia dos sete capitais.

Durante toda a Idade Média a Doutrina Católica se sustenta principalmente na defesa de que existem o bem e o mal (o mal associado a tudo o que é destrutivo e prejudicial à humanidade, e o bem, que a Igreja, como depositária dessa virtude, luta para manter enquanto se institucionaliza). Esse ideal maniqueísta passa a ser divulgado

²¹ *A Divina Comédia*, finalizada exatamente na mesma data da morte de Dante, foi escrita entre 1304 e 1321. Há controvérsias quanto à data exata da publicação da obra completa.

²² Na *Divina Comédia*, Dante aproveitou-se de suas inimizades e ilustrou como seria quando seus desafetos fossem para o Inferno e para o Purgatório. O poema é cheio de nomes e citações referentes aos seus contemporâneos e a outros nomes famosos da História Antiga e Medieval.



pelo discurso religioso, ampliando o medo dos homens que, principalmente, na transição do feudalismo para o capitalismo está associado às incertezas sobre a vida (crises dos séculos XVI e XVII e montagem de uma sociedade cada vez mais laicizada).

Entre 1545 e 1563, durante o Concílio de Trento, a lista dos pecados se tornou fixa nos preceitos doutrinadores da Igreja, oficializando de vez todo o trabalho acerca da alma humana, questionados pelos estudiosos medievais. O discurso sobre os pecados, ao mesmo tempo em que denuncia o mal e ocasiona inculcar as atitudes legítimas da ética católica, é um instrumento valioso pelo qual a Igreja difunde seus valores no seio da sociedade e aumenta seu controle sobre ela:

[...] se consegue isso com tanto sucesso não é apenas porque ela empreende uma exploração exaustiva e minuciosa dos sentimentos e das paixões, que se inscreve em uma arqueologia da psicologia Ocidental; é também porque ela faz ver, ao mesmo tempo, o mal e o remédio que pode curá-lo [...] (BASCHET, 2000, p. 380).

Por meio da lista dos pecados²³, a Igreja reivindica o monopólio da missão que lhe permite absolver o pecado. Assim, se a pastoral do pecado, cujo desenvolvimento, tanto na Idade Média quanto hoje, pode ser considerável, supõe-se que a mesma lista visa a potencializar a culpabilidade dos fiéis e, sobretudo, a valorização dos meios de salvação oferecidos pelos clérigos (BASCHET, 2000, p.380). O seu principal propósito era controlar, catequizando todos os principais pilares sociais e seu reflexo dentro da sociedade se dá de forma eficaz. Baschet (2000) discorre sobre o medo imposto com o uso dos pecados e sobre como existiu uma hierarquia dentro da lista dos pecados, hierarquia mutável, uma vez que conseguia acompanhar as mudanças sociais. A Igreja utilizou a lista dos pecados para comedir certos aspectos sociais, envolvendo, de fato, desde o próprio clero até as classes mais baixas. Por um longo período, essa lista foi didaticamente divulgada pelos padres, em sermões e diversas iconografias – vitrais, pinturas, murais e escritos – ilustrando como seriam as punições aguardadas no Inferno e no Purgatório.

²³ A lista dos pecados na Idade Média e na Idade Moderna, além de um encargo ameaçador, possuía um viés de temor associado diretamente à ideia das punições esperadas no Inferno e no Purgatório descritos por Dante Alighieri.



Em determinado momento, o pecado da *vaidade* encabeça a lista, sendo ela por excelência o pecado dos dominantes, clérigos ou aristocratas que, uma vez glorificados por sua posição, se tornam vítimas de um exacerbado desejo de elevação, infringindo por vezes a obediência e a submissão que devem manifestar perante Deus.

A *inveja* torna-se o pecado da hierarquia social, em que cada qual observa de forma maliciosa a ascensão de seu semelhante. Para Baschet (2000), a inveja é o pecado das classes inferiores, que repugnam sua posição de dominados e lançam um olhar maldoso em direção ao topo da sociedade.

A *ira* solidifica-se como o pecado dos heréticos, o que é justificável pela própria Igreja, uma vez que tais transgressores intencionam provocar o caos, argumentando sobre o não argumentável e estimulando a violência em suas mais variadas formas.

O pecado da *avareza*, mais conhecido por *usura* nesse período, desordena a máquina social. No século XII, com o crescimento das cidades e do comércio surgem novos problemas sociais e novos desafios que a Igreja precisa combater; um deles é o crescimento da população herética e a necessidade de incluí-los novamente nas estruturas do cristianismo. Dentre esses pecadores se encontra a figura do mercador, e a avareza como seu principal pecado. Se no início a Igreja favorece sua atividade, em seguida ela lhe faz pesadas acusações sobre a legitimidade de seu ofício (LE GOFF, 1991).

A *gula*, pecado da nobreza, freava as compulsões do corpo, atentando principalmente para a possibilidade de despertar outros pecados como a preguiça e a luxúria. Os excessos de bebida e as grandes festas das cortes passaram a ser veemente condenados, estipulando novos hábitos no comer e no beber.

A *luxúria* talvez tenha sido o pecado mais condenável, uma vez que era presente em todas as classes sociais. Seu maior destaque se dá a partir do século XII, quando o celibato é definido como uma obrigação estrita dos clérigos, e a nova doutrina do casamento impõe aos laicos regras mais coercitivas. (BASCHET, 2000).

A *acídia*, que de início era um pecado exclusivo dos mosteiros, trazendo as marcas de sua origem (Pôntico, Prudêncio, Cassiano e Gregório), passa a se referir ao desalento e à melancolia que tenta para o desvio de Deus. A partir do século XIII,



conseguimos ver expandir o conceito de acídia e enxergar como se deu a mudança de sua etimologia para *preguiça*, uma vez que é associada principalmente à terceira ordem da sociedade: os laicos que não cumprem seu ofício diário de trabalho.

O sucesso da lista dos sete pecados capitais é explicado por sua notável eficácia e por sua capacidade de adaptar-se às realidades sociais em permanente transformação (BASCHET, 2000). A Igreja Católica possui em sua história uma vasta gama de conhecimentos e atuações no que diz respeito a esses desvios morais: os conceitos de pecado e de pecar tiveram extensa evolução durante a história da Igreja que, com vistas a proteger suas próprias posições, reordena e modifica a gravidade e a ordem dos mesmos segundo os contextos históricos.

Tratar dos pecados significa, com efeito, sustentar uma discussão sobre a boa ordem da sociedade. O pecado e o seu papel como instrumento de reorientação social permite indicar os processos e caminhos adotados pela Igreja para a solidificação de sua doutrina religiosa. Analisando-os conseguimos melhor compreender a historicidade de documentos e de fatos nesse contexto.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELARDO apud SILVA, Pedro Rodolfo F. **Virtude, Vício e Pecado nas Obras Éticas de Pedro Abelardo (1079 - 1142)**. Universidade Federal do Amazonas. Dissertatio [29], 135 – 160. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/d4DGN>> Acesso em: jan. 2013.

ALIGUIERI, Dante. Purgatório: **A Divina Comédia**. Tradução Hernâni Donato. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

AGOSTINHO apud VIDAL, Marciano. **O pecado: categorial moral negativa: Moral de Atitudes: 1 moral fundamental**. São Paulo: Ed. Santuário, 1983. 2.v. p. 571.

AQUINO, São Tomás de. Sobre o Ensino (De Magistro), **Os Sete Pecados Capitais**. Tradução e estudos introdutórios. Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 63-133.

ARISTÓTELES. **Ética e Nicômaco**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BASCHET, Jérôme. **A Lógica da Salvação**. A Civilização Feudal: Do ano mil à Colonização da América. São Paulo: Globo, 2000. p. 374-385.

CHAPMAN, John. "Fathers of the Church." The Catholic Encyclopedia. Vol. 6. New York: Robert Appleton Company, 1909. Disponível em: <<http://migre.me/iUz67>> Acesso em: 13 mar 2013.

CONOCEREIS DE VERDAD. **Marco Aurelio Prudencio Clemente**. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/d4AQI>> Acesso em: ago. 2012.

CRISTIAN CLASSICS ETHEREAL LIBRARY. **Chapter XIV: Conferences of John Cassian**. 2005. Disponível em: <<http://migre.me/d4CGI>> Acesso em: 01 fev. 2013.
DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo**. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). São Paulo, vol. I. EDUSC, 2005.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo**. A culpabilização no Ocidente (séculos 13-18). São Paulo, vol. II. EDUSC, 2005.

ECCLESIA. **Evágrio Pôntico**. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/d4yJn>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

FAITANIN, Paulo. "O Mal como Privação do Bem em Santo Tomás de Aquino". In: **Aquinat**. Tomo I. nº 2, Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, pp. 106-134.



FORTESCUE, Adrian. Monarquismo oriental. **A Enciclopédia Católica**. 10 New York: Robert Appleton Company, 1911. Disponível em <<http://migre.me/iUzdX>> Acesso em: 13 mar 2013.

GUINNESS, Os. **Sete Pecados Capitais**: Navegando através do caos em uma era de confusão moral. Tradução Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

HASSETT, Maurice. **John Cassian**. The Catholic Encyclopedia. vol. 3. New York: Robert Appleton Company, 1908. 8 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://migre.me/d4Bwr>>. Acesso em: jan. 2013.

HIRATA, Filomena Yoshie. **A Hamartía Aristotélica e a Tragédia Grega**. Anais de Filosofia Clássica, UFRJ, Rio De Janeiro, vol. 2 n° 3, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/d4yQx> > Acesso em: 01 fev. 2013.

HIRSCHBERGER, Johannes. **História da Filosofia na Idade Média**. Tradução: Alexandre Correia. São Paulo: Herder, 1966.

HUDDLESTON, G. (1909). Pope St. Gregory I ("the Great"). **A Enciclopédia Católica**. Nova York: Robert Appleton Companhia. Disponível em: <<http://migre.me/d4Etb>>. Acesso em: 07 out. 2012.

KENNEDY, Daniel. “Santo Tomás de Aquino.” **A Enciclopédia Católica**. Vol 14. New York: Robert Appleton Company, 1912. Disponível em: <<http://migre.me/iUzka>> Acesso em: 13 mar 2013.

LAUAND, Luiz Jean. Sobre o Ensino (De Magistro), **Os Sete Pecados Capitais**. São Paulo: Martins Fontes. 2001. p. 63-133.

LE GOFF, Jacques. Igreja. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 12. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1987, p. 161-214.

LE GOFF, Jacques. Pecado. In: **Enciclopédia Einaudi**. V. 12. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1987, p. 266-286.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes (Universidade Hoje), 1991.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Estampa, 1993.

LE GOFF, J.; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Tradução: Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 337-351.

L. MODEN apud VIDAL, Marciano. **O pecado: categorial moral negativa**: Moral de Atitudes: Vol. 1. Moral fundamental. São Paulo: Ed. Santuário, 1983. 2.v. p. 618.



- LOPES, Bárbara M. **Os Pecados Capitais no Tratado de Confissom:** A Confissão Auricular na Península Ibérica do Século XV. Aedos. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. V.2, n. 2. 2009.
LUZ PARA A VIDA. **O número sete.** 2009. Disponível em: <<http://migre.me/d4Egg>> Acesso em: 21 jan. 2013.
- MENDES, Marise Pimentel. **Os Tons Trágicos.** Semiosfera: revista de comunicação e cultura. Vol. 2, nº1, 2002. Disponível em: <<http://migre.me/d4yWr>>. Acesso em: 01 fev. 2013.
- PÔNTICO, Evágrio. **A Propósito Del Discernimiento - De Las Pasiones Y De Los Pensamientos,** 19 de Abril de 2008. Disponível em: <<http://migre.me/d4zkF>> Acesso em: 25 dez. 2012.
- PÔNTICO, Evágrio. **Sobre os Oito Vícios Capitais.** Espiritualidade dos Padres do Deserto. Tradução: Carlos Martins Nabeto. Fonte: VE Multimeios. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/d4zSb>> Acesso em: 11 nov. 2012.
- PRUDÊNCIO, Aurélio. **Psychomachia.** 405. Disponível em: <<http://migre.me/d4AEZ>> Acesso em: ago. 2012.
- SILVA, Pedro Rodolfo F. **Virtude, Vício e Pecado nas Obras Éticas de Pedro Abelardo (1079 - 1142).** Universidade Federal do Amazonas. Dissertatio [29], 135 – 160. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/d4DGN>> Acesso em: jan. 2013.
- SOCIEDADES DAS CIÊNCIAS ANTIGAS. **Vida e obra de São Tomás de Aquino.** 1996. Disponível em: <<http://migre.me/d4F1t>> Acesso em 01. fev. 2013.
- TURNER, William. Pedro Abelardo. **A Enciclopédia Católica.** vol. 1 New York: Robert Appleton Company, 1907. Disponível em: <<http://migre.me/iUzoP>> Acesso em: 13 mar 2013.
- VIDAL, Marciano. O pecado: categoria moral negativa: **Moral de Atitudes:** vol. 1. Moral fundamental. São Paulo: Ed. Santuário, 1983. 2.v. p. 503-652.